

Qual o valor da vida?

Resposta moral: a relação entre a política e a forma de vida contemporânea¹

Ursino Neto

“O que era então a vida? (...) Não era nem matéria nem espírito. Era qualquer coisa entre os dois, um fenômeno sustentado pela matéria, tal e qual o arco-íris sobre a queda d’água, e igual à chama. (...) coisa que se chamava carne e se convertia em forma, em imagem sublime, mas ao mesmo tempo, era o princípio da sensualidade e do desejo”. Thomas Mann, *A Montanha Mágica*.

“O importante é conceber a vida, cada individualidade de vida, não como uma forma, ou um desenvolvimento de forma, mas como uma relação complexa entre velocidades diferenciais, entre abrandamento e aceleração de partículas”. Gilles Deleuze, *Espinosa: Filosofia prática*.

“Os modos singulares, atos e processos do viver nunca são simplesmente *feitos*, mas sempre e primeiramente *possibilidade* de vida, (...) *potência*.” Giorgio Agamben, *Meios sem fim: notas sobre a política*.

SUMÁRIO

- 1 Considerações preliminares
- 2 O que é vida?
- 3 O valor da vida como atributo da moral
 - 3.1 As fontes da moral
 - 3.1.1 A filosofia
 - 3.1.2 A religião
 - 3.1.3 A ciência
 - 3.1.4 A política
- 4 A vida tem o seu próprio valor
- 5 A relação entre a moral, a política e a forma de vida contemporânea
- 6 Considerações finais

¹ Texto didático 2 (Graduação, 2022.2): uma referência para produzir o exercício ético da experiência de si ou PensArteCorpo.

1 Considerações preliminares

Qual o valor da vida?

No texto didático anterior, já se estudou a resposta ética. Agora, o foco destacará a reposta moral.

Recordando: valor é interpretação e interpretar é atribuir, determinar, estabelecer um significado para algo (qualquer coisa real ou imaginária) fazendo dele derivar um sentido.

Compreender, conhecer, explicar a natureza deste algo para estabelecer o seu valor são atos inter-relacionados, porém distintos.

O comando, o poder de uma interpretação pertence ao sistema de pensamento hegemônico capaz de determinar o valor em algum momento da história.

A moral é um sistema de valores. Ela atua por meio dos dispositivos da cultura intrínseca a cada sociedade humana.

Um dispositivo é uma rede que articula um complexo heterogêneo de elementos discursivos como regulamentos institucionais, leis, medidas administrativas, enunciados científicos ou determinações normativas visando a um objetivo estratégico da fonte moral a que concerne.

Dentre todos os viventes, somente o *Homo sapiens* é capaz de problematizar sobre o que é a natureza da vida, qual é o seu significado, o seu valor; em outras palavras, somos a única espécie a produzir o seu próprio sentido de viver.

As respostas da problematização, ou antes, a busca delas é produzida a partir de referências originais da cultura social de acordo com os seus interesses e o seu poder.

Arte, mito, religião, filosofia, educação, política, ciência, por exemplo, são dimensões ou campos culturais que, desde os primórdios do nascimento do homem neste planeta, o auxiliavam na procura incessante para justificar o percurso de viver a sua própria vida e conviver com os outros.

Cada campo produz a sua moral como um conjunto de referências ou signos que orientam a interpretação, a justificativa, a explicação sobre o fato ou o acontecimento relativo à vida, estabelecendo o seu valor.

Ou seja, as morais são múltiplas e distintas no contexto da realidade social; porém, concebidas como forças buscando a hegemonia, algumas se agregam e se entrelaçam, enquanto outras colidem em conflito.

Mesmo em uma área específica restrita a qualquer daqueles campos, há interpretações divergentes de acordo com a época, com as instituições e com os diferentes pensadores.

Em resumo, considera-se que a fonte originária da moral se encontra nos campos culturais e que cada uma das morais poderá estabelecer um princípio para interpretar a vida, como exemplos: para a religião se encontra em um plano metafísico, sagrado; para a ciência, em uma explicação de base empírica; para a filosofia, em uma coerência de lógica conceitual.

Para nós, a arte tem um sentido especial para denotar o princípio da vida: a expressão de liberdade que nos convoca e encaminha um apelo irredutível à própria singularidade dela como no belo trecho literário de *A Montanha Mágica* de Thomas Mann: “O que era então a vida? (...) Não era nem matéria nem espírito. Era qualquer coisa entre os dois, um fenômeno sustentado pela matéria, tal e qual o arco-íris sobre a queda d’água, e igual à chama. (...) coisa que se chamava carne e se convertia em forma, em imagem sublime, mas ao mesmo tempo, era o princípio da sensualidade e do desejo”.

Tradicionalmente, a moral ao se expressar nos costumes característicos de uma cultura, faz deles critérios para avaliar tanto condutas individuais quanto práticas sociais.

Sem dúvida, sob o manto moral se instaura o adestramento, o controle, a normatização e a normalização do indivíduo e dos grupos sociais por intermédio das instituições como escola, igreja, caserna, hospital, prisão etc.

A moral é utilizada, com frequência, como instrumento da cultura atuando coercitivamente, impondo uma série de interpretações cuja incorporação pelo homem poderá atingi-lo em um grau de magnitude danosa para a sua vida.

Este texto didático se coloca na perspectiva das críticas dos filósofos Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Giorgio Agamben, investindo na atitude de resiliência e resistência do indivíduo contemporâneo para confrontar a captura da sua forma de vida.

A problematização nuclear indaga: Como se compreende a relação de soberania, de domínio da moral sobre a vida? Como é possível à vida não ser subjugada pela política? O que pode a vida ou qual é a potência dela?

O pressuposto de partida deste estudo é sobejamente conhecido: na história da cultura ocidental, a moral se considera tutora, guardiã, patroa da vida.

Os exemplos de interpretações morais com essas características percorrem um amplo arco cultural abrangendo a filosofia metafísica, passando pela religião tradicional até a economia-política com manifestações explícitas desse modelo autoritário.

Não foi diferente com o advento da ciência na Modernidade, pois ela tratou a vida como sendo um objeto natural semelhante a qualquer outro.

A hipótese a ser investigada aqui busca esclarecer se a vida é uma fonte originária com valor intrínseco com a capacidade de se contrapor à moral e à política que tentam torná-la submissa.

O objetivo geral é estudar o valor da vida em períodos históricos articulando a sua relação com a moral e a política para compreender e ultrapassar o modelo da nossa forma de vida no contemporâneo.

2 O que é vida?

Para a atual ciência da astrofísica o *big bang*, a grande explosão, originou há 14 bilhões de anos um acontecimento ilimitado, multiforme: o cosmos ou o universo.

Entretanto, de acordo com Rovelli², o estudo recente da gravidade quântica já vislumbra alguma coisa para além dele.

Para o campo da biologia, a eclosão do fenômeno “vida” é muito mais recente, pois os dados indicativos estimam o seu início por volta de 3,8 bilhões de anos atrás.

Os constituintes originários da vida foram inerentes às condições cosmológicas específicas relacionando uma estrela (o Sol) e um dos seus planetas (a Terra), onde determinados elementos essenciais como carbono, hidrogênio, nitrogênio, oxigênio e outros estavam presentes.

Uma estrutura de base química, protegida por uma membrana envoltória, se formou e compôs uma região de “dessemelhança apartada”, atualmente denominada de “célula”³.

A vida teve origem dentro desta primeira célula como um conjunto de moléculas com afinidades específicas e com reações químicas autoperpetuadoras, repetindo os seus próprios ciclos.

Em resumo, o desenvolvimento do processo vital se efetivou em três etapas primordiais: metabolismo, homeostase e seleção natural.

O metabolismo designa uma mudança, uma alteração, uma troca de material; considera-se um processo físico-químico referente à energia, sendo composto de catabolismo (degradação de moléculas resultando em liberação de energia) e anabolismo (produção de novas moléculas consumindo energia).

² Cf. ROVELLI, C. *A realidade não é o que parece: a estrutura elementar das coisas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017, p. 10.

³ Cf. DAMÁSIO, A. *A estranha ordem das coisas: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 45.

Dessa condição original, a célula tendeu para um balanço energético positivo adquirindo um *status* que lhe propiciou “prosperar” significando um modo mais eficiente de viver e reproduzir-se associado a um acontecimento ímpar: a sua projeção é concomitante a um deslocamento nomeado de tempo.

Sublinhando: para nós, seres humanos, o tempo se insere na vida e a vida se expressa como tempo, como duração. Melhor seria considerar as duas dimensões como um dito simbiótico: *tempo-vida* ou *vida-tempo*.

A homeostase é a segunda etapa processual em que a vida expressa um modo de persistir coetâneo com o avançar. Trata-se do combate à tendência da matéria derivar para a desestruturação, para a desordem, superando-a por intermédio da aquisição daquele estado mais eficiente, mantendo-se, perdurando na ordem.

O terceiro período do processo de desenvolvimento vital se explica investigando o seguinte questionamento: como seria possível uma molécula muito complexa, com aquelas características descritas acima, ter se formado espontaneamente a partir da “sopa química primordial”?

Dois principais correntes de pesquisa científica disputam a resposta. Uma se denomina “metabolismo primeiro” e a outra de “replicador primeiro”.

Na corrente do metabolismo primeiro, a interpretação define o metabolismo como o fator primordial acompanhado de fenômenos fortuitos que se conjugaram em dois vetores de expressão: “um modo de regulação interna da vida com organização central e um modo de transmissão genética da vida que suplantou a simples divisão celular”⁴.

Na linha de pensamento do replicador primeiro, se compreende a sopa primordial como origem de moléculas replicadoras, as quais teriam gerado organismos vivos pautados pelo mecanismo da genética sempre acompanhando a marcha da seleção natural ao longo da evolução.

Talvez, didaticamente, se possa sumarizar em uma frase: a vida é gerada a partir “de dentro” em um acontecimento denominado “autopoiese”.

Erwin Schrödinger, um dos mais brilhantes físicos do século XX, escreveu em 1943, um pequeno livro extraordinário, uma obra-prima: *O que é Vida?*

A sua resposta associava as ciências da biologia e da físico-química.

A problematização era clara: como a física e a química podem explicar os acontecimentos no espaço e no tempo que ocorrem dentro dos limites de um ser vivo?

Para ele, a vida se manifestava como dois processos fundamentais articulados: o primeiro se manifestava conduzido a partir de uma lei ou de uma ordenação constante.

Entretanto, a expressão do outro tinha como ponto de partida uma desordem.

Cinquenta anos depois, a tese do físico austríaco foi avaliada por pesquisadores de vários campos científicos⁵.

De fato, para a pesquisa que se desenvolve no texto didático, a questão essencial não é definir com precisão o que seja a vida, tampouco identificar dentre os diversos saberes científicos (biologia, química, física, bioquímica etc.) aquele que estabelece a explicação “verdadeira” sobre ela.

Antes de tudo, tal tarefa seria contraditória, ou melhor, inócua devido à impossibilidade de se afirmar uma resposta absoluta que contemplasse todos os ramos da ciência, pois estes utilizam critérios próprios, quer sejam pela variabilidade das descrições em termos comparativamente diferentes, quer seja pelo modo característico como cada área escolhe a sua estratégia de sistematização conceitual.

Em outras palavras, a ciência explica a vida, mas para que isso se agregue à sociedade como um componente da cultura se faz condição necessária uma moral própria capaz de

⁴ Cf. DAMÁSIO, A. *Idem*, p. 52.

⁵ Cf. MURPHY, M. e O’NEILL, L. (orgs.) “*O que é Vida?*” 50 anos depois: *Especulações sobre o futuro da biologia*. São Paulo: UNESP, 1997.

estabelecer o valor do seu “interesse científico”, pois há outras morais advindas de outras dimensões (religião, política, filosofia...) disputando a hegemonia em jogo.

Equilíbrio instável é o título de uma tela de Paul Klee, um dos mais destacados artista plástico do século XX. Para nós, o afeto desta obra de arte (imagem e pensamento) nos propicia a síntese que responde ao questionamento: *o que é vida?*

3 O valor da vida como atributo da moral

Seguindo uma trilha genealógica⁶ e resguardando os limites do texto didático, aqui se fará uma breve incursão histórica identificando quatro fontes da moral (a filosofia, a religião, a ciência e a política) para estudar e compreender o valor que cada uma atribui à vida.

3.1 As fontes da moral

3.1.1 A filosofia

Para a cultura do Ocidente, a filosofia na Grécia clássica é a fonte originária do pensamento sobre a temática da vida.

Desde o período arcaico, genericamente, o étimo *zoé* designava vida.

Entretanto, os *pré-socráticos*⁷ passaram a interpretar a principal característica do ser vivo como sendo o movimento a partir de si mesmo, por si mesmo.

O conceito de “por si mesmo” era compreendido como um fenômeno da *Physis* porque esta palavra expressava tanto a concepção de Natureza como também significava crescimento autônomo.

Isso não se referia simplesmente à materialidade do ato cinético; mas, sobretudo, à forma⁸. Ou seja, a *Physis* era a fonte ou o princípio responsável pela forma do ser vivente.

Em suma, a vida era pautada por um conjunto de possibilidades de movimento e de repouso que explicava o ser vivo em um corpo animado.

Entretanto, tal concepção foi ultrapassada por outra que se tornou hegemônica e estabeleceu um novo conceito de vida denominado de *bíos* (forma de vida) como diferente conotação moral.

O trio fundante dessa hegemonia na tradição filosófica ocidental foi Sócrates, Platão e Aristóteles.

Sócrates inaugurou um novo alvo de pensamento conclamando os atenienses a examinar a própria vida, o “conhece-te a ti mesmo”, isto é, a cuidar da *psyché*, o “cuidado com a própria alma”, o “cuidado de si” como o gesto mais relevante da vida.

Seguindo a trilha socrática, Platão inventou o uso da palavra *bíos* (forma de vida) determinando outro valor para vida, um novo sentido cultural, pois ela passava a ser interpretada não mais como uma simples *zoé* (vida sem atributo), porém agora se tornava uma vida “qualificada”, “modelada” pela potência do *lógos* (pensamento, razão) que, tendo acesso à verdade, alcançava o Bem.

Aristóteles sistematizou a tradição produzindo uma “biologia metafísica” com outro referente e não mais o Bem. Ele caracterizou o principal valor da vida como sendo a multiplicidade de bens relativos à natureza humana. Assim, o filósofo do Liceu é compreendido como uma exceção.

⁶ Genealogia é um método de pesquisa histórica inaugurada por Friedrich Nietzsche.

⁷ *Pré-socráticos* foram considerados os filósofos anteriores a Sócrates que pensaram questões relativas ao tema da *Physis* (Natureza) e que hoje denominaríamos de *física*. Dentre eles, destaca-se Demócrito.

⁸ Em filosofia, a concepção tradicional mais elementar estabelece a distinção entre forma e matéria. Por exemplo: a bola é redonda (forma) e é feita de borracha (matéria).

Em síntese, a moral predominante dessa fonte originária advém da concepção socrático-platônica estabelecendo como princípio fundamental um paradoxo: a relação entre a ontologia⁹ e dois eixos dicotômicos.

A ontologia trata do “ser enquanto ser”, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres objeto de seu estudo. Ela trata da natureza, da realidade e da existência dos entes (constituídos de matéria e forma).

A primeira dicotomia concernia à dualidade existente entre dois mundos: aquele em que se vive, isto é, um mundo empírico, de coisas sensíveis, mas de realidade aparente e o outro mundo constituído do supra empírico ou suprassensível: o mundo das verdades eternas.

Lembrando, tal mundo platônico não é o *Paraíso* de Adão e Eva (criação de Deus de acordo com o manual do catecismo da Igreja Católica).

A segunda dicotomia era referente à relação (aplicada ao ser humano) entre o exterior e o interior, aqui compreendidos como sendo a “espiritualidade” deles; hoje, se chama “subjetividade”. Sem dúvida, este eixo dicotômico determinou a supremacia da alma sobre o corpo que perdeu por séculos e chegou até nós, principalmente, pela mediação religiosa.

3.1.2 A religião

Seguindo a história, outra fonte eclode com a institucionalização da Igreja Católica que, amparada no Império Romano, se tornou pensamento hegemônico por quase dois milênios na cultura ocidental ao se apropriar da tradição filosófica grega; sobretudo, da socrático-platônica e submetê-la aos seus próprios ditames, com isso impondo a sua própria moral relativa à vida.

Nesse contexto, a dicotomia “alma x corpo” adquiriu contornos extremos, inclusive de aniquilamento da própria vida por intermédio do dispositivo da Inquisição.

A partir do século XVI, o enfrentamento entre a tradição moral da Igreja e a filosofia se torna veemente e nele sobressalta Benedictus (Baruch, Bento) Espinosa, o príncipe dos filósofos¹⁰.

Espinosa apresentou uma nova concepção da temática ao escrever um livro denominado de *Ética* em que expunha a sua firme posição contrária àquela dicotomia, pois, para ele, toda a realidade era constituída de um único ser, de uma única substância. Em suas próprias palavras em latim: *Deus sive Natura* (Deus, ou seja, Natureza).

O médico contemporâneo Antônio Damásio, professor de neurologia nos EUA, referência mundial em neurociências, o destacou e o atualizou ao associar o termo espinosiano *conatus* (força de perseverar) à interpretação do conceito de homeostase: “A tentativa contínua de alcançar um estado de vida regulado positivamente é um aspecto definidor da nossa existência, como dizia Espinosa quando se referia ao inquebrantável comportamento de cada ser para preservar a si mesmo”¹¹.

3.1.3 A ciência

Dentre os diversos campos atuais dos saberes humanos, aquele que se atribui o maior valor de explicação da realidade é a ciência porque ela utiliza o seu método como uma “garantia de verdade”. Seguem tópicos descritivos relacionando aspectos científicos e vida.

⁹ Ontologia (do grego, *ontos* [ente] e *logia* [discurso lógico]: “ciência do ser”). Esta palavra não existia na filosofia grega porque só surgiu no século XVII, todavia outra era utilizada designando o tema: *metafísica*.

¹⁰ Cf. DELEUZE, G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

¹¹ Cf. DAMÁSIO, A. *Idem*, p. 48.

De acordo com Vera Portocarrero¹², até o final do século XVIII, a ciência vigente da época operava pelo prisma do mecanicismo, ou seja, a natureza era interpretada como uma máquina gerando uma consequente “naturalização do processo de conhecimento”.

Tal modelo é oriundo de René Descartes (1596-1650). O filósofo francês explicava e justificava os corpos vivos apenas pela extensão e pelo próprio movimento, negando a necessidade de qualquer razão externa ou oculta (inclusive Deus) como princípio de movimento para o vivente.

A partir do pensamento cartesiano, as “leis da física e da mecânica” eram os fundamentos da descrição do não vivo e também referência de aplicação para os seres vivos. Estes eram estudados em contínuo com o inanimado.

Naquela época, os saberes eram analíticos e comparativos entre si, principalmente, por intermédio do elemento visível formando um quadro de representação em que se expressava uma linguagem própria.

No caso dos seres vivos, o saber se chamava *História Natural* que estruturava e organizava o conhecimento em sítios de classificações como tipo, espécie e gênero.

No início do século XIX, eclode o fenômeno denominado de vitalismo. Tratava-se de um acontecimento conjugando instrumentos (microscópios) de maior potência de acurácia e observação com novos procedimentos laboratoriais.

No vitalismo, afirmou-se uma interpretação não mecanicista da vida, pois ao negar a geração espontânea, isto é, a antiga concepção de que a vida poderia advir do inanimado, se fez a defesa da existência de uma força vital inerente à vida.

O vitalismo foi um dos vetores responsáveis pela afirmação da biologia como ciência.

Até a primeira quadra do século XIX, o mecanismo da representação ainda constituía a base para estudar, observar e caracterizar os viventes, mas a partir da segunda metade daquele século, o quadro organizativo, classificatório e da ordem perde relevância em decorrência de um novo formato de conhecimento da vida e dos seres vivos¹³.

A vida passa a ser investigada em todos os níveis, desde o fundamento da sua organização, perpassando tanto o modelo da sua estrutura como as leis inerentes à sua formação e ao seu funcionamento.

A partir de então, o que se problematiza e explora é aquilo em que a vida se decompõe, a sua causalidade e o seu acaso; enfim, a sua origem e a sua própria história.

Assim eclode a ciência denominada biologia.

Por definição, a ciência tradicional se diz neutra. O método científico se proclama infenso aos humores, emoções, gestos e atitudes humanas. Nada mais falso, pois o discurso da ciência é posto como verdade e dele se origina uma moral.

Joshua Greene¹⁴ faz uma crítica interessante: o caráter científico está baseado em evidências quando explica o mundo natural. Contudo, disso não se pode inferir que desvelar a natureza da realidade implica a revelação de uma essência moral e, como consequência, que a ciência se julgue com a autoridade de prescrever a moral absoluta.

No entanto, para o pesquisador norte-americano, a moralidade é uma decorrência biológica.

Expondo melhor: a moralidade é a capacidade do ser humano de compreender, de se adaptar e de agir de acordo com o sistema de regras e de costumes (a moral) da sua sociedade.

Para ele, isso é um traço da evolução e da seleção natural com o objetivo de “promover a cooperação no interior dos grupos”.

¹² Cf. PORTOCARRERO, V. *As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, p. 111.

¹³ Cf. PORTOCARRERO, V. *Idem*, p. 60.

¹⁴ Cf. GREENE, J. *Tribos morais: a tragédia da moralidade do senso comum*. Rio de Janeiro: Record, 2018, pp. 191-192.

3.1.4 A política

A interpretação de política neste texto didático concerne à estratégia de poder.

O sentido originário de política na Grécia clássica concernia ao *modus operandi* de incluir a vida humana na *Polis*, sendo uma condição de alcance do bem comum para atingir a felicidade.

A Modernidade cunhou outra concepção de política com o advento da figura do Estado. A pesquisa de Michel Foucault parte daqui.

Analisando o conceito de poder, ou melhor, das relações de poder, o filósofo francês destacou a problematização de características biológicas (corpo e população) da espécie humana sendo capturadas pelo dispositivo da política; em outras palavras, o poder político submete a vida humana a outros propósitos, principalmente, ao interesse da economia. Ele denominou esse campo conceitual de *biopoder*¹⁵.

As fontes da moral pesquisadas (filosofia, religião e ciência) surgiram em épocas distintas, mas não se excluíram entre si e ainda hoje influenciam a forma de vida humana atual. Qual a razão disso?

A resposta sucinta: a política é o fio que perpassa todas elas.

Para Giorgio Agamben, filósofo italiano contemporâneo, é necessário aprofundar o estudo sobre o biopoder iniciado por Michel Foucault, porém não ampliado por motivo da sua morte prematura.

Agamben realizou de modo magistral uma pesquisa extensa, de quase duas décadas, distribuída em vários livros publicados, onde investiga o biopoder como o cerne da história da filosofia política atingindo até os dias atuais.

No primeiro livro¹⁶, há uma reflexão originalíssima entrelaçando os conceitos de poder soberano, de vida natural ou vida nua e de biopolítica.

O ponto de partida é a distinção estabelecida desde a Grécia clássica entre *zoé* (traduzida como vida natural ou vida nua) e *bíos* (tradução de vida qualificada ou forma de vida que permitia o acesso do homem [gênero masculino] à reunião na *polis*, à dimensão da comunidade política¹⁷).

Agamben mostra que, na história do poder na cultura ocidental, a vida nua é o marco singular que identifica a exclusão que caracteriza tanto o uso quanto o abuso da política.

Para nós, na contemporaneidade, a vida nua, a vida dos vulnerados, a vida dos sem posses, dos moradores de rua etc. é considerada pelo poder no jogo político uma peça de inclusão da excepcionalidade ou, em outras palavras, se a exclusão já é natural; então, a inclusão é um ato de exceção.

Para este tipo de biopolítica, a vida vale nada: trata-se da política do deixar morrer, também denominada de necropolítica, tanatopolítica ou política genocida¹⁸.

4 A vida tem o seu próprio valor

O passo seguinte do texto será apresentar um pensador insólito presente no nosso cotidiano que, guardados os diferentes matizes, expressa didaticamente a síntese histórica que se quer anunciar.

¹⁵ Cf. O texto didático 7: *A relação entre o biopoder e a Medicina: impactos e resistência*.

¹⁶ Cf. AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

¹⁷ Nesse sentido, hoje, o paralelo do termo *bíos* se encontra no conceito de “cidadania política”.

¹⁸ No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro foi denunciado por esse tipo de biopolítica durante a pandemia da Covid-19.

Uma filosofia da biologia é a análise do filósofo e médico francês Georges Canguilhem no livro *O normal e o patológico*¹⁹. Lá se concebe o conceito de “normatividade vital” inspirado na interpretação do pensamento nietzschiano.

Para Canguilhem, a vida tem uma marca primária que antecede qualquer valor atribuído por outrem: é a potência dela própria ou biopotência.

Assim, para a vida, a sua norma característica original ou autêntica está intrínseca, já pertence a ela antes de qualquer “conscientização do valor”.

Agora cabe a interrogação: que norma é essa?

Em obra póstuma, *A vontade de poder*²⁰, Friedrich Nietzsche escreveu: “A vida não é adaptação de condições internas a externas, mas sim vontade de poder [vontade de potência], a qual, a partir de dentro, submete-se a si e incorpora cada vez mais “exterior””.

Isso é o que faz a vida evoluir, crescer e se diversificar. A interpretação que se deriva daqui estabelece o valor como algo constituinte da própria natureza da vida.

Contudo, o organismo vivo instaura a constituição de si próprio sempre com novas normas porque não é um ente fixo, imóvel, imutável.

Então, o conceito de normatividade adquire um novo valor do normal. A normalidade para o ser humano consistirá na capacidade de variação do seu corpo às mudanças circunstanciais do meio interno e externo; isto é, o significado e o sentido de viver estarão em sua mutabilidade, em sua potência de transformação.

Resumindo, a vida não é simplesmente uma adaptação das condições internas ao meio ambiente, mas uma força interna que, como uma “potência dentro de si mesmo”, tem a capacidade de incorporar uma parcela cada vez maior do exterior em um processo articulado de intensificação e de crescimento de si próprio.

Seguindo o roteiro de Nietzsche e Canguilhem, se agrega a pesquisadora da Fiocruz e médica brasileira Dina Czeresnia²¹ afirmando que, em sua forma mais elementar, a vida é uma condição de discernimento entre possibilidades.

Em outras palavras, ao crescer e se desenvolver, o ser vivo não se torna outro, mas mantém o modo de ser como possibilidade.

O vivente tem a potência de constituir ou não o outro em si mesmo com o fim de se nutrir, crescer, evoluir.

Para nós, é necessário interpretar a vida não como uma expressão ontológica estática porque ela é simultaneamente a dimensão do ser e do devir.

Sendo um e, a vida é uma composição, um fluxo entre, pois o ser vivo existe como uma relação estabelecida com algo que o constitui.

Portanto, a vida é ser e tempo desde a primeira célula.

A liberdade de escolher aquilo que faz a vida perseverar é uma evanescente fronteira movediça entre o ser e o não ser, um autêntico *equilíbrio instável*.

No próximo tópico, algumas contribuições do conceito de vida são postas, compreendendo o princípio intrínseco do seu valor implicando resiliência, resistência e a superação da impostura moral.

5 A relação entre a moral, a política e a forma de vida contemporânea

¹⁹ Cf. CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

²⁰ Para melhor entendimento do conceito, a tradução mais adequada para o português seria “vontade de potência”.

²¹ Cf. CZERESNIA, D. *Categoria vida: reflexões para uma nova biologia*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

Para Bazzanela e Assmann²², “a metafísica ocidental é essencialmente moral na medida em que a busca das causas últimas de todas as coisas pressupõe negar o mundo em sua sensibilidade imanente, negar a realidade na forma como se apresenta em seu constante devir”.

A partir do século XIX, um acontecimento da cultura europeia foi observado com perspicácia na literatura e denominado de “niilismo”.

Didaticamente, se exemplifica com *Pais e filhos* de Ivan Turgeneiev.

Entretanto, aquele fenômeno foi magistralmente sintetizado em uma frase-hipótese proveniente de Fiódor Dostoiévski em *Os irmãos Karamázov*: “Se Deus está morto; então, tudo é permitido”.

A análise filosófica desta frase possibilita uma compreensão decisiva do tema da pesquisa exigindo e redefinindo outra trilha para interpretar o significado de vida.

Para Friedrich Nietzsche, aquilo que se expressava na fórmula “Deus está morto” era a principal característica do niilismo, fazendo sucumbir a moral tradicional e os seus valores estabelecidos como absolutos, com isso perdendo a sua autoridade suprema de regulação sobre a vida.

Para o filósofo alemão, a “morte de Deus” implica também a “morte do homem” (aquele construído, desde a sua origem tradicional, pelos valores da metafísica hegemônica).

O niilismo como hóspede implica o desafio de um novo Ethos para o homem. A proposta nietzschiana configura o *Übermensch* (“além-do-homem”) como a forma de vida capaz de superar a experiência trágica da existência.

Em Nietzsche, “Viver a vida na precariedade imanente e contingente do mundo exige dos seres humanos conceberem a vida como arte, como impulso criador e contínuo movimento em direção à experiência como o mundo em suas potencialidades vitais, com outros seres humanos que vivem e convivem nesse mundo no tempo presente”²³.

O perspectivismo de Nietzsche não se constitui em uma teoria do conhecimento que varia de acordo com o ponto de vista, mas em uma “doutrina ontológica de que não há um ponto de vista exterior ao mundo”.

Este é um eterno retorno de forças vitais, permanente criação e recriação de si mesmo, um mundo extramoral, sem início nem fim, sem objetivo, sem meta ou finalidade.

Sob tais pressupostos, para ele, compete à política instituir uma educação que “permita à humanidade potencializar os espíritos livres”, que ofereça o suporte aos seres humanos para enfrentar o constante e intenso combate de forças intrínsecas da vida.

Para Giorgio Agamben, a vida se define como “potência do pensamento” a partir da concepção aristotélica de potência e ato. Com isso, o filósofo italiano quer afirmar outra forma do ser.

Com tal resgate, ele almeja produzir um novo estatuto ontológico, ético e político de vida, porém não capturado pela metafísica tradicional, sendo assim blindado do sequestro dos dispositivos da economia-política, da tecnociência, do jurídico etc. que atuam em nome do biopoder.

Ao problematizar a dimensão original do ser vivo como potência do pensamento, Agamben tornou possível outro uso do conceito vida, o constituindo como uma experiência criativa de abertura do ser humano para a existência, para o mundo, para o outro, oportunizando ao homem uma imanente experiência vital.

Por intermédio das suas análises filosóficas publicadas em distintos momentos e espaços, se resgata a experiência da linguagem da arte como possibilidade de ultrapassagem, pois mesmo na contemporaneidade ainda permanece o fundamento da concepção do

²² Cf. BAZZANELA, S. e ASSMANN, S. *A vida como potência a partir de Nietzsche e Agamben*. São Paulo: LiberArs, 2013, p. 119.

²³ Cf. BAZZANELA, S. e ASSMANN, S. *Idem*, pp. 190-191.

negativo oriundo da metafísica inserido no ritmo cronológico contínuo de produção e consumo que invade o cotidiano, tornando a vida humana objeto e mercadoria.

6 Considerações finais

O esforço realizado, respeitando os limites de um texto didático, teve a intenção de examinar e compreender o valor (significado e sentido) da vida em alguns períodos históricos da cultura ocidental, articulando a sua relação com a moral e a política para ultrapassar o modelo da nossa forma de vida atual.

A moral tradicional é oriunda de várias fontes (filosofia, religião, ciência, política etc.), sendo responsável por restringir, cercear o valor da vida, projetando o seu sentido como uma forma de vida submissa causando o “assujeitamento” do homem.

A pesquisa desvelou aquilo que as representações das dimensões tradicionais da cultura ocultavam: os seus dispositivos morais impõem à vida um valor regulatório de submissão aos seus interesses.

Esta descoberta torna compreensível o antagonismo, o conflito que se põe entre a vida e o campo da moral com os seus códigos, regras, normas etc. porque tais determinações negam as possibilidades próprias da vida quando fixam e impõem valores soberanos a ela.

Contudo, o aspecto relevante da investigação, a partir de vários autores, foi tornar visível o caráter de fonte originária da vida com valor intrínseco.

Para a vida, o valor é uma condição física própria. Em outras palavras, o conceito de normatividade vital afirma o valor como algo inerente ao ser biológico.

Assim, se atinge outro patamar para interpretar o conceito vida como uma força do organismo, uma exigência fisiológica ligada à conservação da sua própria forma, com isso agregando-lhe uma nova perspectiva de valor.

Aqui se considera a vida conquistando a sua forma por intermédio de processos como apropriação, agressão ou incorporação característicos do vivente enquanto função orgânica elementar.

A implicação dessa dinâmica vital se expressa nos conceitos de “vontade de potência”, “potência do pensamento” ou “vontade de liberdade”.

A partir disso, se torna possível a ultrapassagem da relação de subserviência da vida frente a moral, implicando a perspectiva de resiliência, de resistência, de linha de fuga ou de liberdade por intermédio do seu poder, a própria potência ou biopotência.

Agora se lança um problema essencial: qual é o saber inerente a este poder?

A resposta é inequívoca: o saber da experiência vivida, da sabedoria de vida, em outras palavras, do exercício ético da experiência de si.

A vida é um conjunto de experimentações, de experiências que o homem vivencia adquirindo sabedoria para produzir a sua forma de vida.

A vida vive, acontece. Para o ser humano, é necessário celebrá-la e viver de tal modo que o valor dela não seja outro senão o seu próprio movimento intrínseco porque é justamente este acontecimento o algo que valoriza a vida.

Para nós, da *ética-da-vida* ou *aionética*, destacam-se três implicações articuladas:

A primeira é a superação do modelo de forma de vida tradicional do *bíos*, pois ao esclarecer e desvelar o fenômeno vital por intermédio da interpretação do conceito de vontade de potência ou potência do pensamento se produz e se inventa outra forma de vida expressando-a na linguagem com a grafia hifenizada: *forma-de-vida*.

É necessário frisar: a *forma-de-vida* não é uma prescrição absoluta da biologia, pois “os modos singulares, atos e processos do viver nunca são simplesmente *atos*, mas sempre e primeiramente *possibilidade* de vida, (...) potência.”²⁴ (Itálicos do autor).

²⁴ AGAMBEN, G. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.14.

A segunda implicação é o desmascaramento da relação entre a moral e a vida. Isto possibilita à *aionética* resistir ao biopoder com uma estratégia - o exercício ético da experiência de si do PensArteCorpo - oriunda da sabedoria de vida que ultrapassa os dispositivos estabelecidos pela moral e supera o molde que nos captura e nos encarcera no presente.

E a terceira é o desafio que se exige ao recusar o modelo tradicional da verdade metafísica para construir ou, melhor, inventar um novo critério de referência para o valor da vida.

O valor da vida para o ser humano é um *quantum* de energia que se produz como intensidade, como vontade de excelência, como um êmulo de devir, como uma invenção de si, capacitando-o para ultrapassar os sentimentos da carga moral pesada, nociva.

O empreendimento ético para o século XXI é articular a transversalidade dos vários saberes culturais em busca de compreender e justificar a vida humana como uma complexa composição de energia, de corpo, de mente, de emoções, de sentimentos, de memória, de consciência, de linguagem, de sociabilidade, de criatividade etc.

Eis o projeto da *ética-da-vida* ou *aionética* para o *além-do-homem*: viver e celebrar a vida na imanência.